A UTILIZAÇÃO DE UMA PLATAFORMA DE ENSINO A DISTÂNCIA PARA A REALIZAÇÃO DO CURSO TEÓRICO PARA A OBTENÇÃO DA PRIMEIRA HABILITAÇÃO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

SÃO JOSÉ/SC AGOSTO/2018

Eduardo Aníbal Blanco - Anhanguera - eduardo.blanco@anhanguera.com

Tipo: Relato de Experiência Inovadora (EI)

Categoria: Métodos e Tecnologias

Setor Educacional: EDUCAÇÃO CONTINUADA EM GERAL

RESUMO

Este trabalho visa entender a possibilidade e os benefícios que a utilização da modalidade de educação a distância, por meio de uma plataforma específica, pode acrescentar aos cursos de formação de condutores de veículo automotor em todo o território nacional. Se encontra tramitando em Brasília projeto de lei que prevê esta possibilidade no módulo teórico da citada formação dos cidadãos. A modalidade a distância, por meio da internet, vem revolucionando o setor educacional nos últimos anos tornando o acesso ao conhecimento mais inclusivo e eficiente. Esta realidade se constrói em torno das tendências comportamentais e do acesso massivo que a população, de forma geral, tem a tecnologia. Este fato se torna mais evidente ainda ao analisar a faixa etária dos jovens que passam por este processo formativo para obter sua primeira habilitação. A correta utilização de todas as ferramentas disponíveis nas plataformas de EAD assim como o devido planejamento e elaboração dos materiais pedagógicos seguindo as matrizes curriculares dos cursos em questão são elementos que definem um caminho de resultados eficientes nesta direção.

Palavras-chave: Educação a distância, formação de condutores, tecnologias educacionais, inovação.

1. INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, o curso teórico para a obtenção da primeira habilitação em todo o território nacional deve ser realizado em Centros de Formação de Condutores de forma presencial assistindo as aulas durante 14 dias cursando 4 horas aulas diariamente. Aprovado recentemente, e de forma conclusiva, na Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 1128/2015, do deputado Alfredo Nascimento que trata da possibilidade de realizar o curso teórico para a obtenção da primeira habilitação (CNH – Carteira Nacional de Habilitação) integralmente a distância e por meios digitais vem gerando diferentes discussões entre os que são a favor ou encontra da utilização deste tipo de tecnologias. A possibilidade de realizar o mesmo na modalidade EAD, pela internet, permitirá que cidadãos de toda a federação consigam realizar este curso em um período menor de tempo, sem precisar se deslocar a uma auto-escola e ainda no conforto de seus lares, escritórios ou em qualquer local com um computador ou até um smartphone com acesso à internet.

Para a realização do presente estudo foram utilizados vários autores. Entre eles Moran e Valente (2011) trazendo o contraponto existente entre educação presencial e a distância, Mill (2015) apresentando as vantagens de um modelo *blended learning*, por outro lado Alves Soledade (2015) destacando a importância do designer instrucional na criação e desenvolvimento dos materiais pedagógicos e por fim, Novaes (2011) interpretando o comportamento dos nativos digitais. A educação a distância é uma realidade concreta no amplo âmbito educacional brasileiro. Realizando um recorte mais específico na área de educação para o trânsito se vislumbra a possibilidade legal da realização do curso teórico para a obtenção da primeira habilitação na modalidade a distância. Para a maior compreensão do tema este trabalho foi dividido em quatro sessões. Na primeira se apresenta a legislação pertinente que regulamenta este tipo de cursos. Já na segunda sessão se vislumbra um possível modelo pedagógico de implementação nesta dinâmica educacional. Na sessão três se discute a respeito da importância de um tratamento adequado na hora de planejar e elaborar os materiais pedagógicos. Na última e quarta sessão se discute o conceito de nativo digital como um factível usuário deste tipo de tecnologia.

Dentro deste setor, existem vozes a favor e contra esta nova visão. Os que são a favor defendem a eficiência comprovada neste tipo de modalidade. Os que se posicionam contra, explanam que jamais este formato alcançará a eficiência de uma aula presencial. Pesquisas comportamentais, assim como teóricos que estudam tendências educacionais, afirmam que a geração mais jovem, que precisamente é a que procura este tipo de cursos, tem um relacionamento íntimo com a digitalidade e se torna preciso

avaliar as novas formas de aquisição do conhecimento que tornarão mais eficiente o processo ensino-aprendizagem junto a este universo. Percebe-se claramente que o setor se encontra ante uma mudança de paradigma. Precisamente esta dicotomia conceitual entre os que apoiam a ideia e os que não é um forte indício desta quebra de paradigma e deste fato deriva a importância da pesquisa deste assunto tanto para o mercado, para a sociedade e para a academia. Ante a existência desta possibilidade, será que esta nova modalidade reunirá as condições teórico e técnicas necessárias para o aprendizado, por parte dos futuros condutores, das questões teóricas concernentes a primeira habilitação para a condução de veículo automotor? Este é o problema que este trabalho propõe pesquisar. Os cursos oferecidos em ambientes virtuais de aprendizagem, na modalidade de ensino a distância, com foco nos conhecimentos teóricos necessários que um cidadão precisa adquirir para assimilar os conceitos básicos da direção veicular e assim aprovar na prova teórica do Detran, como um dos requisitos para a obtenção da primeira habilitação para a condução de veículo automotor, podem reunir as condições pedagógicas ideais para que o processo ensino aprendizagem seja completado de forma eficiente e responsável.

2. Legislação pertinente

A formação e habilitação de condutores no Brasil é regulamentada pela Resolução nº 168, de 14 de dezembro de 2004 do CONTRAN, Conselho Nacional de Trânsito, que estabelece normas e procedimentos para a formação de condutores de veículos automotores e elétricos, a realização dos exames, a expedição de documentos de habilitação, os cursos de formação, especializados, de reciclagem e dá outras providências. Nesta legislação se estabelece de forma clara e objetiva o roteiro de avaliação e formação que o candidato a obtenção da CNH, Carteira Nacional de Habilitação, deverá se submeter. Este rito consta das etapas que devem ser executadas na ordem especificada a seguir:

1. Avaliação Psicológica
2. Exame de Aptidão Física e Mental
3. Curso Teórico-técnico
4. Exame Teórico-técnico
5. Curso de Prática de Direção Veicular
6. Exame de Prática de Direção Veicular

Este trabalho visa identificar se a concepção de um curso específico junto a disponibilização deste, em uma plataforma de educação a distância, reunirá as condições necessárias para garantir a qualidade de ensino exigida para que os

candidatos sejam aprovados na prova teórica que consta no ponto 4 do rito antes citado e realizada pelos DETRAN's de toda a federação brasileira. Este curso, na modalidade a distância, cumpriria com a exigência do ponto 3 da lista antes estipulada. Neste ponto torna-se importante lembrar que o Projeto de Lei 1128/2015 trata da possibilidade de realizar o curso teórico para a obtenção da primeira habilitação integralmente a distância e por meios digitais.

3. Geração de nativos digitais

Se torna necessário realizar uma leitura, do ponto de vista comportamental, do perfil do público que adquire este tipo de cursos. Os cidadãos brasileiros podem realizar o curso para obtenção de sua primeira habilitação a partir dos 18 anos. Neste universo, a maior parte de quem realiza o curso, possuem entre 18 e 25 anos de idade. Logo são jovens totalmente digitalizados, em sua grande maioria e com um comportamento digital acentuado. Novaes (2011, p.9) define como nativos digitais os alunos jovens que frequentam os ambientes de estudo em todos os níveis e esclarece algumas características deste nicho, “estão conectados a objetos e a tecnologia é uma extensão de seu cérebro, preferem receber informação rapidamente e de múltiplas fontes, preferem trabalhar com som e vídeo, ao invés de texto”, percebe-se que existem parâmetros comportamentais bem específicos que orientam no sentido dos benefícios que a utilização de tecnologias para a educação a distância podem acarretar a este tipo de processo educacional. O autor ainda completa “preferem acesso randômico a informação multimídia hiperligada, preferem interagir simultaneamente com muitos, são adeptos do coletivo, preferem aprender coisas que são relevantes, instantaneamente úteis, lúdicas e divertidas (Novaes, 2011, p.9). Encontra-se neste ponto um paralelo entre a maior parte do público que adquire os serviços de uma auto-escola para a realização do curso para obter a primeira habilitação, identificados, de acordo com Novaes, como nativos digitais e a proposta de cursar a parte teórica na modalidade EAD. Não tem como ser indiferentes a esta realidade

É importante colocar nesta instância que não existirá a obrigatoriedade, de acordo com o projeto de lei, de realizar o curso na modalidade EAD. A modalidade presencial continuará sendo oferecida e a decisão será do cliente de cada CFC. Da mesma forma este projeto não visa a obrigatoriedade da existência do curso em todos os CFC's. Esta será uma opção mercadológica de cada um. O que está previsto no projeto, da mesma forma que acontece hoje nos cursos de reciclagem de condutor infrator na modalidade a distância, é um estrito processo de homologação das plataformas e seus conteúdos, tanto no DENATRAN, Departamento Nacional de Trânsito, em primeira instância, como nos DETRAN's, Departamentos Estaduais de Trânsito em segunda instância.

4. Modelo pedagógico

Analisa-se o modelo pedagógico que poderia ser aplicado a partir da junção entre o curso teórico a distância e o curso prático presencial, ambos obrigatórios, vislumbra-se o modelo de *blended learning* denominado também como híbrido. Mill (2015) esclarece que “podemos entender o *blended learning* como uma nova roupagem para a noção do semipresencial; obviamente esta releitura vem carregada das muitas possibilidades criadas pelas tecnologias digitais de informação e comunicação”. O primeiro item que deverá ser levado em conta nesta direção e a aplicação do conceito de educação a distância no qual o aluno, chamado de aprendiz de acordo com a legislação, neste caso, “é o centro do processo: é claro que há docentes (professores e tutores) e tecnologias compondo o processo de ensino-aprendizagem e apoiando o estudante, mas importa, antes, se o educando está aprendendo” (MILL, 2015, p. 9). Assim, o autor sugere que a formação e aquisição do conhecimento acontece de forma compartilhada entre o aprendiz e o professor estendendo-se a toda a equipe multidisciplinar que forma parte do projeto. Aqui, vale destacar a importância que os CFC’s, Centros de Formação de Condutores, ocupariam nesta dinâmica educacional proposta. Eles seriam atores de suma importância no processo. O cidadão contrataria os serviços educacionais junto a estas empresas, da mesma forma que acontece hoje na modalidade integralmente presencial. Na versão *blended* o aprendiz receberia um login e senha para acessar a plataforma. Assim ele poderia dar início aos estudos com os materiais disponibilizados no AVA, Ambiente Virtual de Aprendizagem. Este ambiente no qual o aluno navegaria, seria exclusivo daquele CFC que assim teria controle total sobre as atividades realizadas por este aprendiz no sistema. A tutoria, se realizaria dentro do sistema por um instrutor teórico, figura já existente nestas autoescolas (denominação popular dada aos CFC’s). Assim as dúvidas seriam esgrimidas por profissionais totalmente capacitados e habilitados, colocados à disposição por cada empresa.

5. Conteúdos e materiais pedagógicos

A legislação antes citada é muito clara ao definir os conteúdos que devem ser trabalhados de forma obrigatória para tal formação. Estes são:

- Legislação de trânsito
- Direção defensiva
- Noções de primeiros socorros
- Noções de Proteção e Respeito ao Meio Ambiente e de Convívio Social no Trânsito
- Noções sobre Funcionamento do Veículo de 2 e 4 rodas

Também ficam claramente estipulados os subtítulos que farão parte deste conteúdo. Desta forma, a atividade de elaboração dos conteúdos para a apostila digital, por parte da equipe multidisciplinar que elabore dita plataforma de EAD possuirá um roteiro perfeitamente organizado. Desta forma, a proposta busca ter total ancoragem legal cumprindo com os requisitos estipulados pelos órgãos de trânsito competentes. Um dos pontos cruciais que assegurarão a eficiência de um ambiente virtual de aprendizagem, e portanto, a qualidade necessária objetivada por este trabalho se encontra no desenho instrucional. Uma plataforma de educação a distância não deve ser interpretada apenas como uma digitalização dos materiais didáticos impressos, neste caso, as apostilas utilizadas nos cursos presenciais nos centros de formação de condutores.

A respeito da função do designer instrucional (ALVES, SOLEDADE, 2015, p.11) citam que:

O designer instrucional, tem a responsabilidade de estabelecer todo o processo de planejamento do curso a ser desenvolvido, que conta com a análise de conteúdos, elaboração de atividades, aplicação de estratégias educacionais adequadas ao tipo de curso a ser desenvolvido, definição de sistemas de avaliação, métodos e materiais didáticos em geral.

Verifique-se nestas linhas que a concepção, elaboração e disponibilização dos materiais didáticos no ambiente virtual são de responsabilidade de uma série de profissionais que devem estar envolvidos e comprometidos com tal projeto educacional. A respeito de desenho instrucional as autoras ainda explicitam:

Falar em design instrucional, assim como falar em objetos de aprendizagem, remete a uma visão transdisciplinar em relação a todas as áreas do conhecimento, partindo do princípio básico de que é necessário elaborar materiais didáticos que atendam a uma grande diversidade de alunos. Portanto, padronizar procedimentos na elaboração de materiais educacionais é desconsiderar as particularidades de cada tema e do público-alvo. (ALVES, SOLEDADE, 2015, p.10)

Destaca-se também que visando o controle permanente que os CFC's assim como os órgãos terão sobre as atividades dos alunos as apostilas deverão estar disponíveis em duas versões. Primeiramente em formato PDF com a possibilidade de realizar o download para os estudos e consultas pertinentes. Em segundo lugar este mesmo material deve estar disposto no corpo do AVA em HTML com todos os recursos de interação possíveis. Esta ação permitirá que os tutores consigam acompanhar, de forma certa, todas as movimentações que o aluno realizar no ambiente, sabendo

exatamente as páginas da apostila consultadas pelo aprendiz. As empresas que desenvolverão ditas plataformas deverão possibilitar este tipo de tecnologia. Além das apostilas o aluno deverá encontrar em estes ambientes todos os tipos de elementos pedagógicos que venham a enriquecer o processo ensino-aprendizagem como vídeos, gamificação e e-books entre outros tipos de materiais. Neste sentido Neder, 2003 afirma que o diálogo entre professores, alunos e conhecimento, nos ambientes de educação a distância, se dá através dos materiais didáticos e que estes devem ter coerência com as pressupostas pedagógicas assim como com as matrizes curriculares do curso em questão.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O universo educacional brasileiro se encontra ante uma quebra de paradigmas com a proliferação das tecnologias da informação se inserindo na vida de uma boa parte da população do país. Este contato tecnológico vem modificando comportamentos e formas de relacionamento com o conhecimento em todas as faixas etárias mas, principalmente, nos mais jovens que desenvolvem uma intimidade maior com aspectos digitais. Por outro lado, a educação através de plataformas digitais vem se desenvolvendo de forma ampla inovando nas metodologias de ensino em todos os níveis, cursos de graduação, pós-graduação, treinamento empresarial, cursos livres e tantos outros. Historicamente, as câmaras legisladoras da nação acompanham as novas tendências da sociedade modificando e até criando leis que adaptem o cotidiano das pessoas a nova realidade. São inúmeras as provas da eficiência das plataformas de EAD quando estas nascem de um profundo planejamento que leve em conta as melhores metodologias a ser utilizadas de acordo com o perfil de cada curso. Se desprende deste trabalho uma afirmação a respeito dos inúmeros benefícios que a utilização da modalidade de educação a distância pode trazer para a formação dos novos condutores de veículos em todo o território nacional. Entende-se que a utilização inteligente deste tipo de tecnologia pode estabelecer um relacionamento formativo, motivacional e conscientizador que se estende muito além do curso específico podendo até manter contato permanente ao longo do tempo com os aprendizes que já tenham realizado o curso e obtido sua primeira habilitação.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, C. M. T.; SOLEDADE, R. T. **Elaboração de Conteúdo em EAD**. Valinhos: 2015.

ARAUJO, Marcelo José. **Trânsito: questões controvertidas**. Curitiba: Juruá, 2000.

BEHAR, Patricia Alejandra. **Modelos pedagógicos em educação a distância**. São Paulo: Penso, 2008.

GOMES, Ordeli Savedra. **Código de trânsito brasileiro comentado e legislação complementar**. Curitiba: Juruá, 2010.

MILL, D. **Propostas Metodológicas e Uso das Tecnologias em Educação a Distância**. Valinhos: 2015.

MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. **Educação e distancia: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2011.

NEDER L. **Curso de Extensão em Elaboração de Material Didático Impresso**. Ceará - :Universidade Estadual do Ceará, 2003.

NOVAES, M. **Inovação e métodos de ensino para nativos digitais**. São Paulo, Atlas, 2011.

PETERS, Otto. **Didática do ensino a distancia**. Porto Alegre: UNISINOS, 2001.

PROJETO DE LEI PL1128/2015. Acesso em 9 de outubro de 2017. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1203232>

ROZESTRATEN, Reiner Johanes Antonius. **Psicopedagogia do trânsito**. Campo Grande: UCDB, 2004.

RESOLUÇÃO Nº 168, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2004. Acesso em 9 de outubro de 2017. Disponível em: http://www.denatran.gov.br/download/Resolucoes/RESOLUCAO_CONTRAN_168_04_COMPILADA.pdf

RESOLUÇÃO Nº 168, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2004. Acesso em 9 de outubro de 2017. Disponível em: http://www.denatran.gov.br/download/Resolucoes/RESOLUCAO_CONTRAN_168_04_COMPILADA.pdf

SANTOS, Lacerda Gilberto (Org.). **Plataforma educacional do DENATRAN: relatos de um processo de pesquisa e desenvolvimento**. Brasília: Liber Livro Editora, 2011.